

A Consultoria Jurídica e Comissões

S. S. 02 de 05 de 19 90

Quirad
PRESIDENTE

A COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Recebido em _____

Devolvido em _____

Presidente _____

A COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTOS

Recebido em _____

Devolvido em _____

Presidente _____

EM DISCUSSÃO

12
S. S. 10 de 12 de 19 90

Quirad
PRESIDENTE

Câmara Municipal de Votorantim

Projeto de

n.º 15 / 90

Comissão de

Justiça e Redação

Parecer n.º

/ 90

Temos para parecer o projeto em tela, que objetiva a denuncia do convênio celebrado entre esta Casa e o IPESP.

Nada a opor sob o aspecto legal.

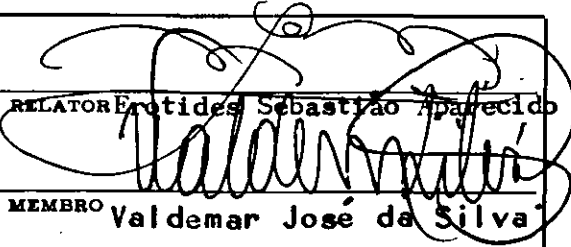
De se ressaltar que o mesmo só poderá ser rescindido se houver concordância unânime dos membros do Legislativo, sendo necessário que manifestem sua posição como signatários da propositura. Atente-se também para o fato de que a denúncia do convênio implica a responsabilidade de a Câmara reparar os danos causados a todos os beneficiários e contribuintes, sejam estes facultativos ou obrigatórios, tendo ou não completado o período mínimo de oito anos consecutivos de contribuição. Assim, os pensionistas parlamentares e seus dependentes que se sentirem lesados, reclamarão seus prejuízos junto a Câmara Municipal, por intermédio da justiça comum e não junto ao IPESP, que se desobrigou no momento da rescisão.

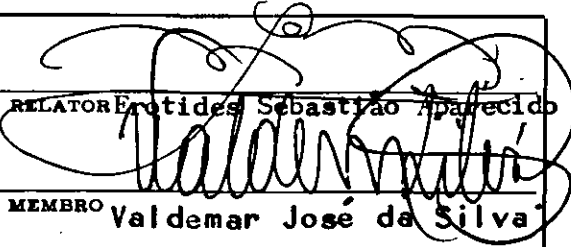
Este é o nosso parecer, salvo melhor juízo.

Recebido em _____

Prazo Vencido em _____

DIRETOR DE SECRETARIA

RELATOR  Eutides Sebastião Aparecido

MEMBRO  Valdemar José da Silva

MEMBRO

Câmara Municipal de Votorantim

Projeto de Lei n.º 15 / 90

Comissão de Justiça e Redação

Parecer n.º / 90

Temos para parecer o projeto em tela.

Analisando detidamente, somos de entendimento que
óbice algum quanto ao aspecto legal e constitucional existe.

Este é o nosso parecer, salvo melhor juízo.


Recebido em _____

Prazo Vencido em _____

DIRETOR DE SECRETARIA

RELATOR _____

MEMBRO _____

MEMBRO  Santino de J. Lopes

Câmara Municipal de Votorantim

Projeto de Lei n.º 15 / 90

Comissão de Finanças e Orçamento

Parecer n.º / 90

Temos para parecer o projeto em tela.

Analisando detidamente, somos de entendimento que
óbice algum quanto ao aspecto financeiro existe.

Este é o nosso parecer.

Recebido em _____

Prazo Vencido em _____

DIRETOR DE SECRETARIA

RELATOR

Antônio Cau
Antônio Cau

MEMBRO

Antonio G. Sobrinho
Antonio G. Sobrinho

MEMBRO

Adão F. da Cruz
Adão F. da Cruz

Câmara Municipal de Votorantim

Projeto de Lei n.º 15 / 90

Comissão de JUSTIÇA

Parecer n.º /

Temos para parecer a emenda em tela.

Nada a opor sob o aspecto legal.

Não existe contrato ou ajuste firmado entre vereadores, ex-vereadores e a Câmara Municipal, obrigando esta a não interromper suas contribuições com o IPESP. Referida ajuste, da mesma forma não foi previsto no convênio e muito menos na lei municipal autorizadora de sua celebração.

Portanto, a Câmara só deverá efetuar eventuais ressarcimentos àqueles que se sentirem prejudicados, após o trânsito em julgado de decisão judicial que precise o "quantum indenizatório".

Ressalte-se ainda, que as contribuições feitas pelos Senhores Vereadores, contribuintes obrigatórios, e pelos Senhores Ex-Vereadores, contribuintes facultativos, em momento algum mantiveram a Carteira de Previdência, tanto assim, que a Câmara Municipal sempre foi obrigada a contribuir mensalmente com importância equivalente à contribuição mensal dos contribuintes obrigatórios e pensionistas parlamentares, bem como a cobrir, mediante aplicação de fator de rateio, déficit financeiro apurado a qualquer tempo.

Esse é o nosso parecer, salvo melhor juízo.

Ass. do Excmo. Sr. Vereador

Recebido em _____

Prazo Vencido em _____

DIRETOR DE SECRETARIA

RELATOR

MEMBRO

MEMBRO



Câmara Municipal de Votorantim

"Palácio 1.º de Dezembro"
Rua Antonio Festa n.º 88 - CEP 18110 - Votorantim - SP

Projeto de Lei nº 15/90

Emenda nº 1

O Artigo 2º passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 2º -

A Câmara Municipal arcará com a responsabilidade dos prejuízos que a denúncia do convênio causar aos beneficiários do Instituto de Previdência do Estado de São Paulo - IPESP, mediante sentença judicial transitada em julgado, salvo aqueles que possuírem direito adquirido quando da promulgação desta lei".

S/S em 10 de dezembro de 1.990.

ÁLVARO JOSÉ LATANCE
Vereador



Câmara Municipal de Votorantim

"Palácio 11 de Dezembro"
Rua Antônio Festa nº 63 - CEP 14110 - Votorantim - SP

FOLHA DE VOTAÇÃO NOMINAL	SIM	NÃO	AUSENTE
Abílio Alves Corrêas de Toledo Neto	X		
Adão Peres da Cruz	X		
Álvaro José Latance	X		
Antonio Cau	X		
Antonio Gugoni Sobrinho*	X		
Carlos Augusto Piveta	X		
Erotides Sebastião Aparecido	X		
João Cau	X		
João Souto Neto	X		
José Carlos de Campos Sobrinho	X		
Lázaro Alberto de Almeida		X	
Laércio Amorim		X	
Rubens Mesadri		X	
Santino de Jesus Lopes	X		
Silvano Donizete Mendes*	X		
Valdemar José da Silva			
Valdemar Tavuencas de Andrade	X		
S O M A	13	03	

S/S em 06 de maio de 1991